

ESCRAVOS/AS E SUAS OCUPAÇÕES EM MOÇÂMEDES, 1854-1860

José C. Curto*  

York University

O tema da história do trabalho em Angola permanece relativamente desconhecido antes do período do colonialismo formal.¹ É verdade que, em meados da década de 1960, Mário António Fernandes de Oliveira começou a publicar uma série de artigos sobre aspetos sociais de Luanda durante a segunda metade do século XIX, na qual a questão de trabalho e de trabalhadores era central. O primeiro artigo desta série focou no papel dos escravizados neste processo.² Os outros textos desta coleção,³ embora não tratassem exclusivamente

* Nota da Editoria: neste artigo, a editoria respeito as convenções do português escrito de Portugal, de modo a valorizar a diversidade linguística.

- 1 Apesar do título, João Maria Cerqueira de Azevedo, *Angola, exemplo de trabalho*, 1Luanda: Oficinas gráficas ABC, 1958. O texto trata sobretudo da produção dentro do contexto da epopeia colonial portuguesa do que do trabalho e/ou trabalhadores africanos. No caso de António Carreira, *Angola, da escravatura ao trabalho livre. Subsídios para a história demográfica do século XVI até à Independência*, Lisboa: Arcádia, 1977, a análise também porta pouco sobre laboro e/ou laboradores.
- 2 Mário António Fernandes de Oliveira, “Para a história do trabalho em Angola: A escravatura luandense do terceiro quartel do século XIX”, *Boletim do Instituto do Trabalho, Providência e Ação Social*, n. 2 (1963), pp. 45-60.
- 3 Mário António Fernandes de Oliveira, “Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios publicados na sua imprensa: análise preliminar ao ano de 1851”, *Boletim do Instituto de Angola*, n. 17 (1963), pp. 99-110; Mário António Fernandes de Oliveira, “Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios publicados na sua imprensa: análise preliminar ao ano de 1861”, *Boletim do Instituto de Angola*, n. 18 (1964), pp. 5-12; Mário António Fernandes de Oliveira, “Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios publicados na sua imprensa: análise preliminar ao ano de 1871”, *Boletim do Instituto de Angola*, n. 19 (1964), pp. 45-53; Mário António Fernandes de Oliveira, “Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios publicados na sua imprensa: análise preliminar ao ano de 1881”, *Boletim do Instituto de Angola*, n. 27 (1967), pp. 33-52; Mário António Fernandes de Oliveira, “Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios publicados na sua imprensa: análise preliminar ao ano de 1891”, *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, n. 7 (1970), pp. 89-108.

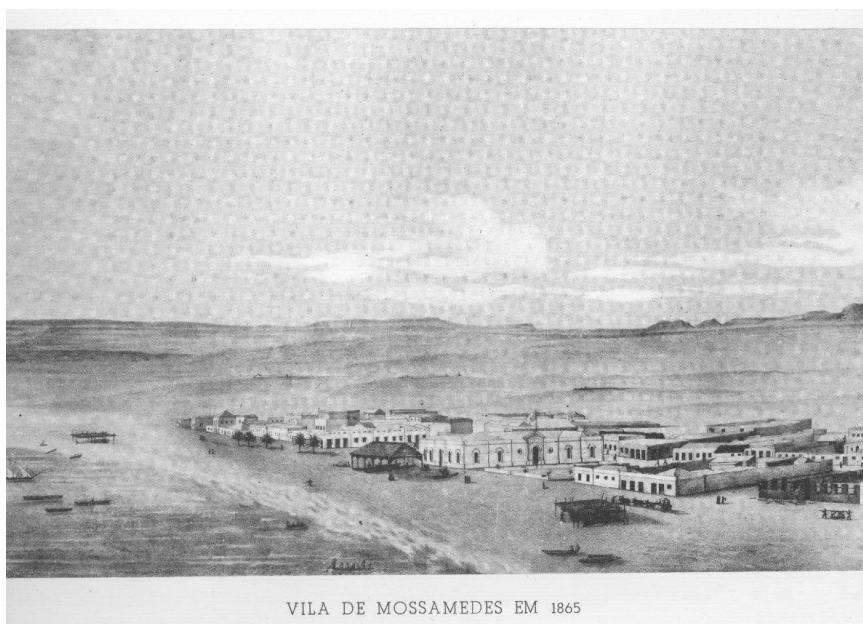
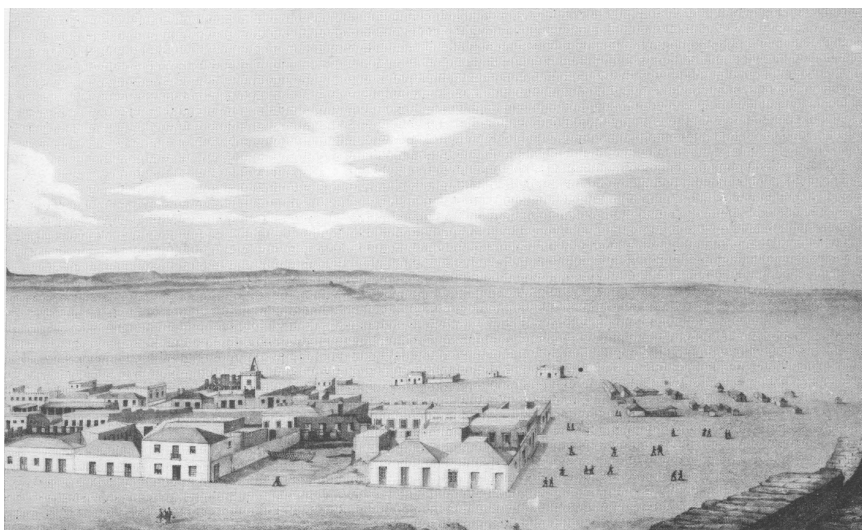
do trabalho de escravos, visto este estatuto estar então em transição,⁴ sempre davam espaço ao laboro de gente escravizada e/ou ao trabalho forçado. No entanto, depois deste início promissor, foi preciso uma década para a publicação de outro estudo relevante sobre o trabalho e trabalhadores em Angola antes do final do século XIX. Das mãos de Alfredo Margarido, este artigo destacou a importância, entre os séculos XVII e XIX, dos carregadores em Angola, onde o ambiente de doenças impossibilitava a existência de animais de carga, com ênfase nos papéis centrais de porteiros em atividades comerciais e agentes de mudança, tanto dentro como fora da colônia.⁵ Quase 10 anos mais tarde, foi a vez de Phyllis M. Martin de apresentar um pequeno estudo sobre o trabalho dos Cabindas antes de 1900 no mar, seja na pesca ou como parte de tripulações de navios.⁶

4 William Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975*, Manchester: Manchester University Press, 1985, pp. 23-80; Adelino Torres, *O Império Português Entre o Real e o Imaginário*, Lisboa: Escher, 1991, pp. 154-175; Maria da Conceição Neto, “De escravos a ‘serviçais,’ de ‘serviçais’ a ‘contratados’: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial”, *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 33 (2017), pp. 107-129, [DOI](#).

5 Alfredo Margarido, “Les porteurs: forme de domination et agents de changement en Angola (XVII-XIXe. Siècles)”, *Revue Française d’Histoire d’Outre-mer*, v. 65, n. 240 (1978), pp. 377-400.

6 Phyllis M. Martin, “Cabinda and Cabindans: some aspects of an African maritime Society” in Jeffrey C. Stone (org.), *Africa and the Sea* (Aberdeen: Aberdeen University African Studies Group, 1985), pp. 80-96.

Figuras 1 e 2: Moçâmedes em 1865



Fonte: João Camacho Pereira e Luciano Ribeiro, *Colecção de Gravuras Portuguezas: VI, Além-Mar*, Lisboa: Litografia Júlio de Amorim, 1950, Estampa 21.

Todavia, foi apenas no princípio do século XXI que o tema da história do trabalho em Angola antes de 1900 começou a ser verdadeiramente tratado por estudiosos.⁷ Este processo teve início com Selma Pantoja que, no início dos anos 2000, publicou dois estudos sobre as mulheres vendedoras ambulantes e de mercado de Luanda nos séculos XVIII e XIX.⁸ Seu trabalho inovador foi posteriormente ampliado por Suely C. Cordeiro de Almeida e, especialmente, Vanessa S. Oliveira.⁹ Em todos os casos, essas estudiosas demonstraram que as mulheres vendedoras, tanto ambulantes como trabalhando em mercados ou feiras, não eram apenas fundamentais para a vida econômica urbana, mas o emprego no comércio varejista lhes proporcionou mobilidade física e econômica em espaços onde as relações servis e paternalistas permaneceram dominantes até pelo menos o final dos 1800. Quase simultaneamente, outra linha de investigação no âmbito da história do trabalho surgiu da pena de Beatrix Heintze, que deu continuidade ao trabalho anterior de Margarido. Ela produziu dois excelentes

-
- 7 Isso não significa que estudos mais amplos não tenham incluído em suas análises as questões do trabalho e dos trabalhadores. Ver, por exemplo: Adriano A. T. Parreira, *Economia e sociedade em Angola na época da Rainha Jinga, século XVII*, Lisboa: Editorial Estampa, 1990; José Carlos Venâncio, *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII*, Lisboa: Estampa, 1996; Aida Freudenthal, *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola, 1850-1880*, Luanda: Chá de Caxinde, 2005.
 - 8 Selma Pantoja, “A Dimensão Atlântica das Quitadeiras” in Júnia Ferreira Furtado (org.), *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português* (Belo Horizonte: UFMG, 2001), pp. 45-67; Pantoja, “Women’s Work in the Fairs and Markets of Luanda” in Clara Sarmento (org.), *Women in the Portuguese Colonial Empire: The Theatre of Shadow* (Newcastle upon Tyne, UK: Cambridge Scholars), 2008, pp. 81-94.
 - 9 Suely C. Cordeiro De Almeida, “O feminino ao leste do Atlântico. Vendedeiras, regateiras, peixeiras e quitadeiras: mulheres e trabalho nas ruas de Lisboa e Luanda. (séculos XVI-XVIII)” in Roberto Guedes (org.), *África: brasileiros e portugueses, séculos XVI-XIX* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2013), pp. 207-228; Vanessa S. Oliveira, “Trabalho escravo e ocupações urbanas em Luanda na segunda metade do século XIX” in Selma Pantoja e Estevam C. Thompson (Orgs.), *Em torno de Angola: Narrativas, identidades e as conexões Atlânticas* (São Paulo: Intermeios, 2014), pp. 249-275; Vanessa Oliveira, “Baskets, Stalls, and Shops: Experiences and Strategies of Women in Retail Sales in Nineteenth Century Luanda”, *Canadian Journal of African Studies*, v. 54, n. 3 (2020), pp. 1-18, [DOI](#); Vanessa Oliveira, “Slave Labour and the Vulnerability of Enslaved Women in Mid-Nineteenth Century Luanda” in José C. Curto (org. with the assistance of Maryann Buri), *New Perspectives on Angola: From Slaving Colony to Nation State* (Peterborough: Editions Baywolf Press, 2021), pp. 145-166.

estudos sobre o papel dos carregadores em caravanas de longa distância durante a segunda metade do século XIX.¹⁰ Sobre o tema do trabalho, se seguiu a publicação de uma série de estudos detalhados de Elaine Ribeiro sobre os carregadores da expedição de Henrique Dias de Carvalho à Lunda na década de 1880, a qual, dada sua natureza oficial, está extremamente bem documentada.¹¹ Desde então, outras investigações expandiram ainda mais o tema. Crislayne Alfagali, por exemplo, tem se concentrado sobre os ferreiros da Real Fábrica de Nova Oeiras, uma instituição colonial bem documentada, especialmente durante a segunda metade do século XVIII.¹² Do mesmo modo, o trabalho de angolanos no mar, tanto como pescadores como tripulantes durante a longa época tráfico de escravos no atlântico tem ganhado atenção na historiografia, através de estudos de Mariana P. Candido, Jaime Rodrigues, e Roberto Guedes e Ariane Carvalho.¹³ Não surpreendentemente, chegamos ao ponto em que é hoje possível discutir amplas questões sobre o trabalho em Angola durante períodos de tempo bem

10 Beatrix Heintze, *Pioneiros Africanos. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Lisboa: Editorial Caminho, 2004; Beatrix Heintze, “A Rare Insight into African Aspects of Angolan History: Henrique Dias de Carvalho’s Records of his Lunda Expedition, 1880-1884”, *Portugal Studies Review*, v. 19, n. 1-2 (2011), pp. 93-113.

11 Elaine Ribeiro, *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*, São Paulo: Alameda, 2013; Elaine Ribeiro, “Os trabalhadores Loandas da expedição portuguesa ao Muatiãnvua”, *Varia História, Belo Horizonte*, v. 29, n. 51 (2013), pp. 697-719; Elaine Ribeiro, “‘Expedição Portuguesa ao Muatiãnvua’ como fonte para a história social dos carregadores centro-africanos”, *Revista de História (USP)*, n. 169 (2013), pp. 349-380, ; Elaine Ribeiro, “A escrita como instrumento de reivindicação dos carregadores do comércio de longa distância da Lunda”, *Locus: Revista de História*, v. 23, n. 2 (2017), pp. 231-251, .

12 Crislayne Alfagali, *Ferreiros e fundidores da Ilamba: Uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII)*, Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018; Crislayne Alfagali, “Capazes de trabalhar”: domínio, política e cultura nas relações de trabalho do Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII)”, *TOPOI*, v. 22, n. 47 (2021), pp. 387-407, .

13 Mariana P. Candido, “Different Slave Journeys: Enslaved African Seamen on Board of Portuguese Ships, c.1760–1820s”, *Slavery and Abolition*, v. 31, n. 3 (2010), pp. 395-409, ; Jaime Rodrigues, *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*, 2ª ed., São Paulo: Cia. das Letras, 2022 (2005); Roberto Guedes e Ariane Carvalho, *Muxilundas: Memória política, escravidão perpétua, liberdade e parentesco (Luanda, século XVIII)*, Rio de Janeiro: Mauad, 2022, pp. 67-105.

mais longos.¹⁴ Essa evolução nos permite atualmente discutir as transições de escravizados a serviçais e de serviçais a contratados, como foi habilmente feito por Maria da Conceição Neto, em estudo que constitui um verdadeiro marco na história do trabalho em Angola.¹⁵

Com a história do trabalho em Angola antes do final do século XIX ganhando assim certo fôlego, minha contribuição procura agregar-se a essa produção crescente. Para tal, vou concentrar minha discussão sobre Moçâmedes.¹⁶ Essa aglomeração costeira, fundada em

14 Paulo T. de Matos e Jelmer Vos, “Demografia e relações de trabalho em Angola c.1800: um ensaio metodológico; *Diálogos*, v. 17, n. 3 (2013), pp. 807-834; Jelmer Vos, “Work in Times of Slavery, Colonialism, and Civil War: Labor Relations in Angola from 1800 to 2000”, *History in Africa*, v. 41, n. 1 (2014), pp. 363-385, [DOI](#).

15 Conceição Neto, “De escravos a ‘serviçais,’ de ‘serviçais’ a ‘contratados’

16 Esta vila portuária e seus arredores no sul de Angola tem sido objeto de crescente escrutínio histórico: Manuel Júlio de Mendonça Torres, *Moçâmedes*, 2. vols., Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1974 (1950); Gilberto Freyre, *Em Torno de Alguns Túmulos Afro-cristãos de uma área africana contagiada pela cultura Brasileira: Moçâmedes*, Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959; Carlos L. Cardoso, *A origem dos Mbali do distrito de Moçâmedes*, Lisboa: Papelaria Fernandes, 1964; Carlos L. Cardoso, *Os Olumbali do distrito de Moçâmedes: achegas para o seu estudo*, Porto: Imprensa Portuguesa, 1966; Carlos Alberto Garcia, *Moçâmedes – A Cidade que o Homem Impôs ao Deserto*, Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1968; Padre José (Gil Duarte) Vicente, *Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro: fundador de Moçâmedes*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1969; Carlos Martins de Castro Alves, “Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro – Bosquejo histórico do colonizador de Moçâmedes”, *Garcia de O’rta*, v. 18, nos. 1-4 (1970), pp. 15-110; Raúl José Candeias da Silva, *Subsídios para a história da colonização do distrito de Moçâmedes durante o século XIX*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973; William Gervase Clarence-Smith, “Slavery in Coastal Southern Angola, 1875-1913”, *Journal of Southern African Studies*, v. 2, n. 2 (1976), pp. 214-223; William Gervase Clarence-Smith, *Peasants and Capitalists in Southern Angola 1840-1926*, Cambridge: Cambridge University Press, 1979; William Gervase Clarence-Smith, “Runaway Slaves and Social Bandits in Southern Angola, 1875-1913”, *Slavery and Abolition*, v. 6, n. 3 (1985), pp. 23-33, [DOI](#); Rosa Margarida dos Santos Almeida de Sousa, “Moçâmedes, 1840-1907: contribuição para o estudo da história Urbana de Angola”, 2 vols., (Dissertação de Mestrado), Universidade de Lisboa, 2002; Aida Freudenthal & et. al., *Angola no século XIX: cidades, território e arquitecturas*, Lisboa: Edição do Autor, 2007; Maria Cristina Cortez Wissenbach, “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: George Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”, *Afro-Ásia*, n. 43 (2011), pp. 43-90, 2011, [DOI](#); Cristina Udelsmann Rodrigues, “Migrações luso-brasileiras para a África portuguesa no século XIX e a criação de novos espaços urbanos e sociais em Angola: algarvios, madeirenses e brasileiros no sul (Moçâmedes, Sá da Bandeira e Cunene)” in José Manuel Fernandes e Maria Lúcia Bressan Pinheiro (orgs.), *Portugal, Brasil, África: urbanismo e arquitectura, do ecletismo ao modernismo* (Lisboa: Caleidoscópio,

1839-1840, não apenas se expandiu rapidamente,¹⁷ mas, ao fazê-lo,

2013), pp. 157-170; José Manuel de Azevedo, “A colonização do Sudoeste Angolano: do deserto do Namibe ao planalto da Huíla - 1849-1900”, Tese (Doutorado em História), Salamanca: Universidade de Salamanca, 2014; Joana Patrícia Damasceno Marques de Oliveira, “Cidades de Areia: Construção da Identidade do Imaginário Colonial no Sul de Angola”, Tese (Doutorado em História), Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018; Laila Brichta, “Una travesía hasta Moçamedes: migraciones atlánticas y la creación de una ciudad en el sur de Angola en el siglo XIX”, *Batey: Revista Cubana de Antropología Sociocultural*, v. 11 (2018), [DOI](#); Brichta, “Economía y actividad pesquera en el Atlántico Sur: el caso de Moçamedes en el siglo XIX”, *Almanack*, v. 21 (2019), pp. 273-309; Anibal Simões, “Uma revisão sistemática de textos coloniais sobre a província do Namibe ex-Moçamedes de 1800 a 1920”, *Transversos: Revista de História*, n. 15 (2019), pp. 179-194, [DOI](#); Frederico António Ferreira, “Açúcar brasileiro na África Portuguesa: O caso dos recifenses de Moçamedes. *Faces do Clio*, v. 6, n. 11 (2020), pp. 222-249, [DOI](#); Maria Luíza Ferreira Oliveira, “Dimensões do governo colonial em Moçamedes e suas conexões com o Brasil: trabalho, negócios e conflitos, 1840-1860”, *Mundos do Trabalho*, v. 12 (2020), pp. 1-27, [DOI](#). Para se contextualizar esta produção colonial e pós-colonial, ver: José C. Curto e Arshad Desai, “The Early Demography of Moçamedes, Angola, 1839-1869: A Preliminary Analysis”, *Revista HISTORIÆ*, v. 10, n. 2 (2019), pp. 11-32 [DOI](#); José C. Curto, “Uma vila escravagista: proprietários e seus cativos em Moçamedes, 1855”, *Revista Brasileira de História*, v. 43, n. 93 (2023), pp. 225-269, [DOI](#).

- 17 Várias fontes primárias, desde muito publicadas, evidenciam tal expansão. Ver, por exemplo: António Joaquim Guimarães Jr., *Memória sobre a exploração da costa ao sul de Benguella, na África Occidental, e fundação do primeiro estabelecimento commercial na Bahia de Mossamedes*, Lisboa, Typographia de L.C.A., 1842; João Francisco Garcia, “Explorações no sertão de Benguela”, *Annaes marítimos e coloniaes, parte não oficial*, 3ª série, Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, pp. 240-254; Pedro Alexandrino da Cunha, “Exploração dos portugueses na costa occidental D’África em 1839”, *Annaes marítimos e coloniaes*, 12, 5ª série (1845), pp. 459-468; Tito Omboni, *Viaggi Nell’Africa Occidentale: Gia Medico de Consiglio Nel Regno d’Angola e sue Dipendenze Membro della R. Accademia Peloritana di Messina*, Milão: Civelli, 1845; José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas*, v. 3, parte 1, Lisboa: Imprensa Nacional, 1846; *Almanak statistico da provincia d’Angola e suas Dependencias para o Anno de 1852*, Luanda: Imprensa do Governo, 1851; Carlos José Caldeira, *Apontamentos d’uma viagem de Lisboa á China e da China a Lisboa*, v. 2, Lisboa: Typographia de Castro & Irmão, 1853; Francisco Travassos Valdez, *Six Years of a Traveller’s Life in Western Africa*, v. 2, Londres: Hurst and Blackett, 1861; Marcelino António Norberto Rudzki, “Notícia resumida da bahia e porto de Pinda ao sul de Mossamedes”, *Annaes do Conselho Ultramarino*, Parte Não Oficial, Serie VII (1866), pp. 1-4; Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, *Relatório do governador geral da provincia de Angola referido ao anno de 1861*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1867; William Meseum, “Notícia de uma exploração da Costa Occidental da África ao Sul de Benguela”, *Annaes do conselho ultramarino, Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858, parte não oficial* (1867), pp. 233-237; Joaquim John Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, London: Macmillan, 1875; J. B. Ferreira d’Almeida, *Mossamedes*, Lisboa: Casa da Sociedade de Geografia, 1880; J. A. da Cunha Moraes, *Africa Occidental: álbum photographico e descriptivo - IV Mossamedes, Huilla e Humpata*, Lisboa: David Corazzi, 1886; Simão José da Luz Soriano, *Revelações*

também se transformou em vila escravagista.¹⁸ Qual foi o papel dos escravizados neste contexto de desenvolvimento urbano na costa sul de Angola durante um período no qual essa instituição peculiar estava em seus últimos suspiros? Para responder a esta pergunta, vou examinar o período entre 1854 e 1860, quando a expansão demográfica (tanto de trabalhadores livres como escravizados) de Moçâmedes atingiu um ápice importante. Ademais, este período está relativamente bem documentado para tal tarefa. Efetivamente, sobre os sete anos iniciais de existência desta jovem vila, possuímos pelo menos cinco recenseamentos que documentam seu desenvolvimento populacional (Tabela 1); quatro listagens de ocupações “mecânicas”, duas (1859 e 1860) das quais discriminam pessoas servis e indivíduos livres (Tabela 3); e uma lista singular das ocupações dos escravizados por gênero em 1855 (Tabela 4). Explorando essa documentação, juntamente a fontes não quantitativas, é possível desenvolver uma boa compreensão do papel do trabalho dos escravizados em Moçâmedes durante esta fase inicial de sua ocupação.

da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus Contemporaneos, Porto: A. Leite Guimarães, 1891; José Pereira do Nascimento, *O districto de Mossamedes*, Lisboa: Typographia do Jornal as Colonias Portuguezas, 1892; Alfredo de Albuquerque Felner (org.), *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola, documentos*, 3 vols, Lisboa: Agência-Geral das Colonias, 1940; *Arquivos de Angola*, “Relatório do 20 de agosto de 1849 que a S. Ex.a, o ministro e secretario dos negócios da marinha e do ultramar remete o governador geral da provincia de Angola e suas dependencias, Adrião Accacio da Silveira Pinto, acerca da visita que fez aos portos do Sul”, 2ª Serie, VI (1949), pp. 105-108; António da Silva Rego (org.), “Annaes do município de Mossamedes”, *Studia*, v. 38 (1974), pp. 7-88.

- 18 Utilizo o termo escravagista ao longo deste texto para designar o “estado em que a escravatura faz parte da organização social e económica”, tal como referenciado no *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, disponível em [📄](#), último acesso em 3 nov. 2024. Para uma aplicação do termo no contexto da África e do Brasil, ver: Cristina Nogueira da Silva, “Editorial”, *Africana Studia*, no. 14 (2010), pp. 7-12, [📄](#), número especial *Escravos, Libertos e Trabalho Forçado na Era das Abolições*.

Tabela 1: População Total e Escravizada em Moçâmedes, 1854-1860

Ano	Homens Escravizados	Mulheres Escravizados	Total de Escravizados	Porcentagem Escravizada do Total	Total da População
1854	321	140	461	49.0	940
1855	-	-	-	-	-
1856	-	-	-	-	-
1857	636	299	935	56.2	1665
1858	869	390	1259	71.4	1764
1859	1030	454	1484	64.1	2316
1860	538	510	1048	52.9	1978

Fonte: José C. Curto e Arshad Desai, “The Early Demography of Moçâmedes, Angola, 1839-1869: A Preliminary Analysis”, *Revista HISTORIÆ*, v. 10, n. 2 (2019), pp. 16-20.

A ocupação de Moçâmedes ocorreu na virada da década de 1830 para 1840 para servir de entreposto militar-comercial através do qual Portugal procurava dominar o sul de Angola, até então território fora do domínio português. Desde o início, a região atraiu comerciantes, assim como militares, de Benguela e de Luanda, as duas mais importantes vilas coloniais. Estes dois grupos representavam populações bastante ecléticas. Enquanto alguns eram “filhos do país”,¹⁹ outros eram africanos, e outros ainda eram nascidos em Portugal ou no Brasil. A maioria dessa população era possivelmente composta por gente livre, dentre os quais muitos eram degredados. Mas, pessoas não-livres, tanto libertos como alguns escravizados, também faziam parte desse grupo inicial de habitantes. Devido ao caráter recente do estabelecimento português na região, a presença de mulheres era limitada.²⁰

19 “Filhos do país” constituíam uma categoria de sujeitos “imperiais”, que neste caso significavam luso-africanos de origem mista (quer biológica e/ou sociocultural): Ver António Manuel Hespanha, *Filhos da terra: Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*, Lisbon: Tinta-da-China, 2019.

20 Guimarães Jr., *Memória sobre a exploração*, p. 9; Simão José da Luz Soriano, “Memória sobre os sertões, e a costa ao sul de Benguella, na Província de Angola, escripta sobre documentos officiais, que existem na secretaria d’estado dos negócios da marinha e

Não poucas destas características foram captadas ainda nos meados de 1849 pelo Governador Geral de Angola, Adrião Accacio da Silveira Pinto, quando visitou a aglomeração. Residiam então em Moçâmedes:

24 Europeus degredados que se diziam da Companhia (Militar), 7 marinheiros da Estação Naval, 24 libertos (alguns dos quais) estão no serviço da pesca, hortas, e do mais que se oferece, (mais de) 30 menores brancos e pretos, uma dúzia de mulheres brancas de diversas condições (e) poucos escravos porque a gente dos Sobas de Girahulo e Quipolla ao norte, e do Coroca ao Sul se prestam a servir mais ou menos nos diversos misteres, sem que se sujeitem a escravidão.²¹

Mas esta configuração demográfica iria mudar radicalmente dentro de pouco tempo. Logo no princípio de agosto desse ano, chegou a Moçâmedes um contingente de luso-brasileiros refugiados de Pernambuco (Recife); em meados de outubro de 1850, outro contingente de refugiados luso-brasileiros, também oriundos de Pernambuco, apartou nesta aglomeração do sul de Angola.²² Nem todos permaneceriam nesta aldeia. Mas, dentro de quinze meses, a população de Moçâmedes aumentou em cerca de 300 pessoas vindas da outra borda do Atlântico. O seu impacto foi significativo, tanto em termos demográficos quanto no que diz respeito ao tecido social da aglomeração: oriundos de uma zona brasileira onde

ultramar”, *Annaes marítimos e coloniaes, parte não oficial*, 6ª Série, Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, pp. 86, 100; Felner (org.), *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos*, v. 3, p. 17; Almeida de Sousa, “Moçamedes, 1840-1907”, v. 1, p. 79.

- 21 *Arquivos de Angola*, 2ª Serie, VI, 1949, p. 107. É importante salientar aqui que outros contemporâneos também registraram as populações locais como antitéticas à escravidão. Por exemplo, Pedro Alexandrino da Cunha, que fez um reconhecimento em meados de 1839 do terreno a ser colonizado, escreveu que “Todas as informações dão por certo que entre o Gentio do sul, só o falar em escravos, é um crime”. Ver: Felner (org.), *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos*, v. 2, p. 45. Em outro relatório referente a 1854, Norberto Rudzki declarou que “(o) nome de escravo é entre eles desconhecido”. Ver: Rudzki, “Notícia resumida da bahia e porto de Pinda,” p. 2; E um ano depois, José Brochado, informou que “os Cobaes.... se não sujeitam a escravidão”. Ver: Bernardino José Brochado, “Notícia de alguns territórios, e dos povos que os habitam, situados na parte meridional da Província de Angola”, *Annaes do conselho ultramarino*, parte não oficial, Série I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 208.

- 22 Silva Rego (org.), “Annaes do município de Mossamedes”, pp. 21-22.

a escravidão tinha raízes profundas, estes novos colonos não tinham atravessado o mar para calejar as mãos.²³

O efeito deste fluxo migratório foi imediatamente apreendido pelo quadro estatístico de 1850-1851 da população do recém-criado Distrito de Moçâmedes.²⁴ Dos 1.112 indivíduos então residentes nesta nova zona administrativa, que incluía o povoamento costeiro, 276 eram brancos (58 mulheres), 17 eram pardos livres (7 mulheres), e 562 eram pretos livres (312 mulheres). A este grupo de gente livre estavam agregados sete homens pardos escravizados, assim como 250 cativos pretos (incluindo 142 mulheres). Os escravizados, então, constituíam 23% da população total do Distrito.²⁵ E essa proporção iria aumentando à medida que mais luso-brasileiros e outros grupos de emigrantes aportavam a esta costa.

Tabela 2: Fogos (casas) em Moçâmedes, 1854-1860

1854	n.a.
1855	n.a.
1856	85
1857	91
1858	126
1859	176
1860	189

Fonte: António da Silva Rego (Org.), “Annaes do município de Mossamedes”, *Studia*, v. 38 (1974), pp. 37, 48, 71 para 1854-1858; Boletim Oficial de Angola, n. 762, 1860, p. 8 para 1859; Boletim Oficial de Angola, n. 817, 1861, p. 2 para 1860.

No final de 1854, o número de residentes que habitavam a aglomeração costeira de Moçâmedes atingiu 940 almas (Tabela 1). Dessas, 461

23 Curto, “Uma vila escravagista”, pp. 225-269.

24 *Almanak statistico da provincia d’Angola*, p. 9.

25 Durante sua curta estadia em Luanda, em meados de 1852, o viajante Carlos José Caldeira obteve informações sobre Moçâmedes que colocavam sua população em 800 habitantes, dentro dos quais cerca de 200 brancos (incluindo 100 oriundos do Brasil), assim como 600 pretos entre livres e escravos. Ver: Caldeira, *Apontamentos d’uma viagem*, v. 2, p. 234.

ou 49% da população total, eram escravizadas. Entre esses cativos, a proporção de gênero era bastante assimétrica, com 356 homens (77%) e apenas 105 mulheres (23%). Dentro de pouco tempo, a escravidão emergiu como dominante nas relações socioeconômicas deste novo povoamento de fronteira.²⁶ Ademais, com Moçâmedes em plena expansão, sua população escravizada logo apresentaria características demográficas que responderiam a esse crescimento, visto que era necessário, pelos menos inicialmente, muito mais mão de obra masculina do que feminina.

A expansão demográfica de Moçâmedes durante a primeira parte da década de 1850 não passou despercebida pelos governantes da metrópole em Lisboa. No final de outubro de 1854, o Concelho Ultramarino decidiu elevar a “povoação” ao status de “vila”, distinção importante confirmada por decreto em 26 de março do ano seguinte.²⁷ Assim, a população da nova vila aumentou ainda mais. Entre 1857 e 1860, o número total de habitantes saltou para uma média anual de quase 1.931 pessoas (Tabela 1). Os escravizados estavam no epicentro de tal aumento, atingindo uma média anual de 1.181 cativos durante a mesmo período. Moçâmedes tinha rapidamente se tornado uma verdadeira vila escravagista, com cativos representando 61% da população urbana. E à medida que um maior número de escravizados era acrescentado a esta população, sua desproporção de gênero se manteve. No período entre 1857 e 1860, a população cativa era composta por uma média de 768 homens (65%) e 413 (35%) mulheres.²⁸ Vila em plena

26 Ainda hoje é possível encontrar uma discussão recente sobre a fundação/desenvolvimento de Moçâmedes durante a 2ª metade do século XIX onde os autores abordam o seu crescimento socioeconômico sem nunca apontarem para a contribuição da população escravizada, que foi fundamental para o processo. Ver: Laila Brichta e Lucas N. Garcia Leite, “A Independência do Brasil e a instalação de Moçâmedes no sul de Angola no século XIX” in Carlos Major, Laila Brichta, e Washington Nascimento (orgs.), *Brasil, Moçâmedes e Mussungu Bitoto: trânsitos sociais e trocas culturais no sul de Angola*, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2023, pp. 21-44.

27 Felner (org.), *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos*, v. 3, p. 228.

28 Tal proporção foi o oposto do que existia nos assentamentos coloniais costeiros muito mais antigos de Luanda e Benguela. Ver, respectivamente: José C. Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850”, *International Journal of African Historical Studies*, v. 32, nos. 2/3 (1999), pp. 381-405, ; Mariana P.

expansão, Moçâmedes continuava a receber mais trabalhadores escravizados masculinos do que femininos.

Essa expansão demográfica acompanhou o aumento da atividade econômica da nova aldeia. Em meados de 1852, vários arimos ou terrenos cultivados com diversos produtos agrícolas, assim como duas extensas plantações de açúcar, já estavam em funcionamento nos arredores imediatos de Moçâmedes, enquanto a colheita da urzela (musgo utilizado para tinta na indústria de tecidos), considerada a “melhor de toda a província”, estava iniciando-se no litoral em um ritmo acelerado.²⁹ A pesca, por sua vez, crescia também em cadência acelerada, chegando a produzir 23.000 moitetes³⁰ de peixe em 1854, dentro dos quais 19.020 para exportação e 3.980 “para consumo da população branca e negra da vila e subúrbios”. E, finalmente, a baía de Moçâmedes era cada vez mais procurada não só pelas embarcações que a abasteciam dos produtos que a aglomeração não produzia e que exportavam os produtos de sua dotação natural, mas também pelo número crescente de baleeiros operando na costa sul de Angola: entre 1857 e 1859, por exemplo, o número de embarcações que ancoraram na baía de Moçâmedes aumentou de 63 para 165, estabilizando-se no ano seguinte em 162.³¹

Todas essas atividades, assim como a própria expansão demográfica da aldeia, necessitavam de trabalhadores, inclusive pessoal especializado. A Tabela 3 mostra, para os anos 1854 e 1857, as cinco ocupações principais exercidas então em Moçâmedes por “artistas”, categoria que abarcava alfaiates, carpinteiros, pedreiros, sapateiros e tanoeiros.³² Embora não seja possível discriminar se essas ocupações

Candido, “The Expansion of Slavery in Benguela during the Nineteenth Century”, *International Review of Social History*, v. 65, n. S28 (2020), pp. 67-92, .

29 Caldeira, *Apontamentos d’uma viagem de Lisboa*, v. 2, pp. 233-237.

30 Cada moitete continha dez peixes: Felner (org.), *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos*, v. 3, p. 44.

31 *Boletim Oficial de Angola*, Luanda, n. 662, 5 jun. 1858, p. 5; *Boletim Oficial de Angola*, n. 764, 26 de maio 1860, p. 2; *Annaes do conselho ultramarino, parte não oficial*, 1862, p. 34.

32 Neste caso, o termo “artistas” pode ser considerado como o equivalente das ocupações “mecânicas” em Luanda durante o mesmo período, fenômeno estudado recentemente por Oliveira (2021). Já em 1857, “o artista acha também recompensa em bons jornaes

eram então exercidas por pessoas livres ou escravizadas, a mesma tabela aponta que tais atividades eram dominadas quantitativamente por cativos durante 1859 e 1860. Em média, durante esses dois anos: dos 10 alfaiates, 6 eram escravizados; dos 32 carpinteiros, dezenove eram cativos; dos 35,5 pedreiros, 30,5 eram servís; dos 10 sapateiros, 4 eram cativos; e dos 11 tanoeiros, 9 eram escravizados. Assim, a população cativa dominava em termos numéricos algumas das mais importantes ocupações no setor da construção (carpinteiros e pedreiros): esfera crucial numa nova aglomeração em expansão. Os escravizados também dominavam, quantitativamente, algumas das ocupações importantes do vestuário (alfaiate e sapateiro): setor essencial num clima caracterizado pelo deserto. E não menos significativa, os cativos mantinham a ocupação de tanoeiro, importante numa aglomeração costeira aonde muitas das importações chegavam em barris de madeira, quase completamente sob seu controle. Ademais, os escravizados encontravam-se laborando em outras ocupações, como a de barbeiro, que naquele tempo também exercia a ocupação de cirurgião, de canteiro que cortava pedra para construções, ou até de funileiro que trabalhava com objetos de lata para o número crescente de fogos (casas). Com o peso dos cativos aumentando neste universo urbano em expansão (Tabela 2), não deve nos surpreender o fato que seu trabalho se transformou cedo no ingrediente fundamental que sustentou o desenvolvimento urbano do sul de Angola.³³ Os dados de 1859-1860 certamente não se

com que lhe pagão o serviço que presta”: Silva Rego (org.), “Annaes do município de Mossamedes”, p. 41.

- 33 Num estudo sobre a “etnogização da Arte Mbali” dentro do projeto colonial “que reificou os Kimbari como um grupo étnico sui generis”, João Figueiredo argumentou recentemente que os “escravos de todos os ofícios” do início da década de 1840 enviados por empresários de Luanda para ajudar a fundar Moçâmedes e alguns dos dependentes escravizados que acompanharam os colonos brancos do Brasil em 1849-1850 foram responsáveis por transmitir seu conhecimento de várias ocupações aos trabalhadores cativos reassentados de outras partes de Angola que, como grupo etnocultural, se tornaram os Kimbari/Mbali. Todavia, os escravizados oriundos de outras partes Angola não careciam necessariamente de ocupações ou especializações de trabalho. Quanto aos supostos dependentes escravizados que acompanharam seus amos de Pernambuco para Moçâmedes, veremos mais a diante. Ver: João Figueiredo, “*Falling into history: A Case for the Restitution of Mbali Tombstones*

materializaram abruptamente, mas eram uma continuação de um processo iniciado, pelo menos, em meados de 1849.

Tabela 3: Ocupações “Mechanicas” em Moçâmedes, 1854-1860

	1854	1857	1859		1860	
			Livres	Escravos	Livres	Escravos
Alfaites	4	2	4	6	4	6
Barbeiros	1	2	2	2	2	2
Caboqueiros	-	1	-	-	-	-
Calafates	-	2	-	-	-	-
Canteiros	1	3	1	2	2	3
Carpinteiros	8	14	12	17	13	21
Cavouqueiros	1	-	-	-		-
Ferreiros & Serralheiros	2	4	4	-	4	-
Forneiros	1	-	-	-		-
Latoeiros, Caldeiros, Funileiros	1	1	2	1	1	1
Machinista & Fundidor	1	1	1	-	1	-
Oleiros	3	3	-	-	-	-
Padeiros	-	-	2	-	2	-
Pedreiros	9	16	4	25	6	36
Sapateiros	3	4	6	2	6	6
Tanoeiros	5	8	3	9	1	9
Torneiros	-	1	3	-	2	-
			44	64 (59,3%)	44	84 (65,6%)

Fontes: *Annaes do Conselho Ultramarino, parte não oficial*, Série I, Dezembro, Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 200; *Boletim Oficial de Angola*, n. 662, 1858, p. 4; *Boletim Oficial de Angola*, n. 762, 26 maio 1860, p. 8; *Annaes do Conselho Ultramarino, parte não oficial*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, p. 51.³⁴

and the Revival of the Realms of Memory of the Enslaved”, *Postcolonial Studies*, v. 26, n. 4 (2023), p. 590, [DOI](#).

34 É de notar que, tal como em Luanda, os escravizados que exerciam estes ofícios trabalham maioritariamente desde ou em oficinas: Mendonça Torres, *Moçâmedes*, v. 1, pp. 383-387; Almeida de Sousa, “Moçâmedes, 1840-1907, v. 1, p. 227.

Essa rápida incursão ao mundo do trabalho dos escravizados é obviamente incompleta. Primeiramente, todas essas profissões pertencem à rubrica de ocupações “mecânicas”. No entanto, além do estatuto sociojurídico de trabalhadores livres ou escravizados, quem teriam sido os “artistas” engajados nesses trabalhos?

Em Luanda, durante o mesmo período, as ocupações “mecânicas”, independentemente do estatuto sociojurídico dos praticantes, encontravam-se divididas em três níveis de especialização. Na base dessa pirâmide estavam os aprendizes, que buscavam aprender um ofício, que podia levar de dois a seis anos, após os quais um juiz do ofício examinava as habilidades do candidato para puder subir ao nível superior de especialização. O aprendiz bem-sucedido em qualquer profissão se tornava assim oficial. Este, depois de alguns anos nesse nível intermediário, poderia continuar com o processo de exames para chegar ao topo da pirâmide, tornando-se mestre de seu ofício. Esses níveis de especialização estavam atrelados a escalas salariais diárias específicas, para os livres e para os escravizados. Mas os mestres tinham o direito exclusivo de formar seus próprios aprendizes, assim como abrir oficina própria. Poucos cativos, todavia, conseguiam o título de mestre, porque, quase nunca possuíam recursos financeiros para abrirem uma oficina.³⁵ Tanto escravizados, quanto aprendizes como oficiais, trabalhando em tais profissões, não só retinham parte dos salários que seus proprietários obtinham por seus serviços, o que poderia eventualmente permitir que alguns comprassem sua alforria, mas também gozavam de maior liberdade física com relação aos seus senhores, uma vez que eram “alugados” diariamente. Teriam os ofícios mecânicos funcionado de forma semelhante em Moçâmedes no sul de Angola a Luanda? Os dados apresentados em baixo talvez lancem alguma luz sobre essa questão.

De todo modo, nos indagar sobre o papel dos escravizados nas ocupações mecânicas em Moçâmedes dos meados do século XIX não é o único problema que se possa levantar sobre o trabalho dos cativos nessa nova vila. O que dizer, por exemplo, das ocupações associadas à esfera de

35 Oliveira, “Slave Labour and the Vulnerability”, pp. 151-159.

serviços domésticos, à agricultura, ou aos outros setores? Um viajante em 1861, quando a vila e seus subúrbios já contavam com cerca de “dous mil habitantes, sendo seis-centos e tantos brancos, mil escravos, e compondo-se o resto de pardos, pretos livres e *libertos*” (itálico no original), notou que ainda não existia ancoradouro: “faz-se o desembarque (de passageiros) aos ombros de barqueiros”, lamentou ele.³⁶ Ora, em tal contexto e com o tráfego marítimo aumentando, esses barqueiros não seriam oriundos dos grupos de luso-brasileiros que tinham emigrado para Moçâmedes, gente descrita em 1852 como “caixeiros, escreventes, logistas, vadios, etc.”.³⁷ Para tarefa tão árdua como perigosa, os candidatos “ideias” seriam certamente homens escravizados.

Ademais, as ocupações de gente escravizada até agora discutidas eram todas dominadas por trabalhadores masculinos. O que faziam então as mulheres escravizadas em Moçâmedes? Mesmo que menos numerosas do que os homens escravizados, a componente cativa feminina constituía uma porcentagem relativamente importante da população não livre. Sabemos que em Luanda, as mulheres escravizadas trabalhavam em várias ocupações, algumas delas consideradas mecânicas, como as de lavadeiras e costureiras. Outras profissões exercidas por cativas incluíam: vendedoras de retalho (*quintandeiras*), ambulantes e/ou em mercados; engomadeiras; ou criadas (*mucamas*) de proprietários/as abastados/as.³⁸ Qual seria então a situação das cativas na vila que se construiu no litoral do sul de Angola?

Para tentar responder às perguntas levantadas acima examinemos o registro de escravos de Moçâmedes referente a 1855.³⁹ Nesse ano,

36 Anônimo, *Quarenta e cinco dias em Angola: apontamentos de viagem*, Porto: Typografia de Sebastião José Pereira, 1862, pp. 91, 98.

37 Caldeira, *Apontamentos d'uma viagem de Lisboa*, v. 2, p. 236.

38 Oliveira, “Slave Labour and the Vulnerability”, pp. 151-162.

39 Parte das dezenas de registos de escravos compilados em Angola durante 1855 e nos anos imediatamente seguintes, esta fonte representa um documento importante para compreender as sociedades coloniais/colonizadas dos meados do século XIX. Ver: Daniel B. Domingues da Silva, *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*, New York: Cambridge University Press, 2017; Curto e Desai, “The Early Demography of Moçamedes”, pp. 11-32; Candido, “The Expansion of Slavery in Benguela”, pp. 67-92; Curto, “Uma vila escravagista”, pp. 225-269; Vanessa S. Oliveira, , último acesso em

foram registados um total de 850 escravizados nessa vila (Tabela 4). Desse número, 708 (510 homens e 198 mulheres) foram listados como exercendo um ofício ou outro. Como poderíamos esperar numa nova aglomeração em plena expansão, os escravizados atuando na atividade de construção eram certamente importantes: enquanto seis atuavam como carpinteiros, doze trabalhavam como pedreiros. Nessa nova vila costeira, o número de cativos que exerciam ocupações relacionadas com o mar também não era de menosprezar: um total de quinze trabalhava como marinheiros, outros onze eram tanoeiros, e um (João, n. 807, natural de Luanda com 22 anos de idade) laborava como calafate. Outros ainda atuavam numa variedade de ofícios como são listados pela fonte: alfaiate (Anselmo, n. 838, com naturalidade e idade não especificadas),⁴⁰ caixeiro (João Francisco Villelas, n. 765, natural do Bailundo com 22 anos de idade), oleiro (Francisco Manuel José António, n. 745, natural da Ginga com 24 anos de idade; Gallo, n. 750, natural do Libolo com 44 anos de idade), padeiro (Arsenio, n. 720,

23 de janeiro de 2023. Para uma reconstrução da legislação administrativa que levou a este tipo de registro em Moçambique, e por extenso nas outras possessões ultramarinas portuguesas, incluindo Angola, ver: Daniel B. Domingues da Silva e Edward A. Alpers, “Abolition and the Registration of Slaves and Libertos in Portuguese Mozambique, 1856-76”, *Journal of African History*, v. 62, n. 3 (2021), pp. 377-393, . Os autores argumentam que os dados encontrados em quaisquer dos registos de escravos e libertos em Moçambique devem ser considerados como uma sub-representação do mundo dos escravizados. Todavia, me parece que em um centro urbano relativamente pequeno como o de Moçâmedes, onde toda a gente não só se conhecia, como sabia dos escravos dos outros, tal sub-representação seria mínima.

- 40 Este indivíduo se encontrava em fuga, um dos 112 dos cativos registrados nesta condição em 1855 ou 13% da população escravizada em Moçâmedes, a resistência através da fuga apareceu de imediato com o desenvolvimento da aglomeração. Curto, “Uma vila escravagista”, p. 247. Vários autores têm focado o problema da fuga em várias partes de Angola, especialmente no século XIX. Ver: Clarence-Smith, “Runaway Slaves and Social Bandits in Southern Angola”; Aida Freudenthal, “Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 32 (1997), pp. 109-134; Beatrix Heintze, “Asiles toujours menacés: fuites d’esclaves en Angola au XVII^e siècle” in Katia de Queiros Mattoso (org.), *Escravages: Histoire d’une diversité de l’océan Indien à l’Atlantique sud* (Paris: L’Harmattan, 1997), pp. 101-122; Roquinaldo A. Ferreira, “Escravidão e Revoltas de Escravos em Angola (1830-1860)”, *Afro-Ásia*, n. 21-22 (1998-1999), pp. 9-44, ; José C. Curto, “Resistência à Escravidão na África: O Caso dos Escravos Fugitivos Recapturados em Angola, 1846-1876” in João José Reis e Carlos da Silva Jr. (orgs.), *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*, Rio de Janeiro: Fino Traço, 2016, pp. 511-530.

natural do Congo com 20 anos de idade; Luis, n. 723, natural de Galangue com 22 anos de idade), pastor (Fortuna, n. 12, natural de Selles com 12 anos de idade; Francisco, n. 46, natural do Mocusso com 30 anos de idade; Jozé, n. 769, natural de Mocancala com 13 anos de idade; Felizardo, n. 770, natural de Xangona com 13 anos de idade; Adão, n. 815, natural de Motembo com 14 anos de idade), ou mesmo “sangrador e sangreiro” (Jorge, n. 753, natural do Bailundo com 25 anos de idade).

Todavia, a grande maioria dos escravizados permanecia ocupada nas quatro principais atividades econômicas então exercidas em Moçâmedes: 56 cativos na apanha de urzela; 57 trabalhavam como serventes ou em serviços domésticos; 116 laboravam na agricultura, em arimos ou plantações de açúcar nos subúrbios imediato da aglomeração; e um total de 204 eram pescadores. Certos cativos trabalhavam em mais que um ofício, por exemplo; um (Raymundo, n. 679, natural do Humbe com 12 anos de idade) era agricultor e pastor; um outro (Mathias, n. 762, natural da Ginga com 27 anos de idade) trabalhava como cozinheiro e barqueiro; e dois dos marinheiros (Benguella, n. 91, natural do Bihé, com 26 anos de idade; Benguella, n. 92, natural também do Bihé, com 20 anos de idade) também se ocupavam da apanha da urzela.

A especialização de ofício não era necessariamente critério para os escravizados ocuparem uma ou outra ocupação. Efetivamente, neste contingente de trabalhadores cativos, encontramos poucos com qualquer nível de especialização. Dentre os tanoeiros, por exemplo, Pedro (n. 217) natural da Ginga com 14 anos de idade, José (n. 218) natural do Nano também com 14 anos de idade, Domingos (n. 234) natural do Bihé com 16 anos de idade, Catriao (n. 516) natural de Nacoando com 18 anos de idade e Carlos (n. 545) natural de Ambriz com 16 anos de idade tinham o título de aprendizes. O pedreiro Joaquim (n. 547) natural de Seles com 18 anos de idade também era aprendiz desse ofício, assim como Francisco (n. 793), natural do Bailundo com 18 anos de idade, que se encontrava em aprendizagem nos ofícios de pedreiro e carpinteiro. E o caixeiro acima referido, João Francisco Villelas (n. 765), estava nessa mesma condição.

Dos 510 escravizados, nenhum possuía o título de oficial. Somente um, Luis António (n. 531), natural do Ceará, no Brasil, com 25 anos de idade, era listado como mestre do açúcar e purgador.⁴¹ Contrariamente a Luanda

-
- 41 Este é a única pessoa, entre os 850 escravizados registados em 1855, oriunda do Brasil. Todavia, numa contribuição em volume publicado recentemente, Washington Nascimento afirma que “os ‘pernambucanos’ levaram consigo para Moçâmedes africanos escravizados.” Embora “não se sabe ao certo quantos eram,” ele avança com uma estimativa que entre 1849 e 1850 “poderiam em tese chegar (a) 3.050”. Ver: Washington Nascimento, “Mbali: os africanos oriundos do Brasil e a formação de um novo grupo social em Moçâmedes” in Carlos Major, Laila Brichta, e Washington Nascimento (orgs.), *Brasil, Moçâmedes e Mussungu Bitoto* (Rio de Janeiro: FGV editora, 2023) pp. 119-120; Tal especulação é de imediato qualificada pelo autor, indicando que “acredito não tenha sido em tão grande número.” Efetivamente, em sua própria monografia publicada uns anos antes, Nascimento sustenta números bem inferiores, argumentando que esses luso-brasileiros somente “terem trazido consigo alguns escravos africanos do Brasil” para a região, “já cristianizados e abasileirados”. Ver: Washington Nascimento, *Jogo nas sombras—realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901—1961)*, Rio de Janeiro/Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020, p. 60. Neste caso, o autor cita um viajante anônimo português que passou pela localidade em 1861 que os “Kimbares, balis, lwimbalis ou vimbalis, eram inicialmente, africanos retornados do Brasil, escravos que, acompanhando os seus patrões portugueses, que haviam saído de Pernambuco”, Nascimento, *Jogo nas sombras*, p. 60. É de notar que não está esclarecido na citação quando supostamente teriam saído esses escravos, acompanhados por seus amos, do dito porto brasileiro. Aliás, esta informação não foi nem mesmo incluída na bibliografia. Ainda mais importante, ao ler a fonte citada atentamente somos confrontados com o fato da referida passagem não aparecer em parte alguma do texto do citado viajante anônimo português de 1861. Ver: Anônimo, *Quarenta e cinco dias em Angola*. Assim, não só a tese defendida por Nascimento dos “pernambucanos” terem levado consigo entre alguns e 3.050 escravos africanos abasileirados para Moçâmedes em 1849-1850 se encontra completamente desqualificada, mas sua argumentação mais larga que esses mesmos escravizados teriam sido uma das componentes no desenvolvimento da cultura Mbali não tem fundamento nenhum. Em meados do século XIX, Angola já possuía uma longa tradição de pedreiros, uns livres e outros escravizados, incluído oficiais do ofício, formados *in loco*: ver Fernandes de Oliveira, “Para a história do trabalho em Angola”, pp. 49, 56-57; Fernandes de Oliveira, “Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios publicados na sua imprensa (1851)”, pp. 104, 110; Fernandes de Oliveira, “Para a história do trabalho em Angola”, pp. 49, 56-57; Fernandes de Oliveira, “Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios publicados na sua imprensa (1861)” pp. 9-10; Jill Dias, “Uma questão de identidade: Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, no. 1 (1984), p. 66; Jill Dias, “Angola” in Valentim Alexandre and Jill Dias (orgs.), *O Império africano 1825-1890* (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), pp. 359, 439; Jill Dias, “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico” in Cristina Bastos, Miguel Vale de Almeida, Bela Feldman-Bianco (orgs.), *Trânsitos Coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros* (Campinas: Editora da Unicamp, 2007), p. 306.

(ou mesmo Benguela), esse fenômeno pode ser explicado pela história recente de Moçâmedes, aonde as raízes urbanas ainda eram pouco profundas.

Tabela 4: Moçâmedes, 1855 – Ocupações de Pessoas Escravizadas por Gênero

Ocupação	Homens Escravizados	Mulheres Escravizadas	Total
Agricultura	116	80	196
Agricultura e Pastor	1	1	2
Agricultura e Serviço Doméstico	0	1	1
Alfaiate	1	0	1
Ama de Leite	0	1	1
Apanha de Urzela	56	44	100
Caixeiro aprendiz	1	0	1
Calafate	1	0	1
Carpinteiro	4	0	4
Carpinteiro da Ribeira	2	0	2
Casceiro	1	0	1
Caseiro	2	0	2
Casteiro	3	0	3
Costureira	0	2	2
Cozinheiro/a	4	7	11
Cozinheiro e Barqueiro	1	0	1
Engomadeira	0	1	1
Lavadeira	0	7	7
Lavadeira e Engomadeira	0	1	1
Marinheiro	13	0	13
Marinheiro e Apanha de Urzela	2	0	2
Mestre de açúcar e purgador	1	0	1

Ocupação	Homens Escravizados	Mulheres Escravizadas	Total
Oleiro	2	0	2
Padeiro	2	0	2
Pastor	5	0	5
Pedreiro	10	0	10
Pedreiro aprendiz	1	0	1
Pedreiro e Carpinteiro aprendiz	1	0	1
Pescador	204	0	204
Sangrador e Sangreiro	1	0	1
Servente	52	39	91
Serviço Doméstico / em casa	5	14	19
Tanoeiro	6	0	6
Tanoeiro aprendiz	5	0	5
Trabalha com Enxadas	7	0	7
Total	510	198	708

Fonte: Arquivo Nacional de Angola (ANA), Luana, Códice 2580, Mossamedes Livro n. 1, Registro de Escravos

A componente feminina dos cativos trabalhando nessa aglomeração do sul de Angola exibiu padrões diferentes. Em 1855, as 198 cativas de Moçâmedes, encontravam-se concentradas em uma dúzia de ofícios. Enquanto uma (Maria, n. 824, natural de Quilengues com 13 anos de idade) era engomadeira, duas (Virginia, n. 642, natural do Bailundo com 14 anos de idade; Mariana, n. 820, natural dos Gambos com apenas 10 anos de idade) trabalhavam como costureiras, sete (Florinda, n. 241, natural de Quilembe com 12 anos de idade; Sofia, n.767, natural do Lubollo com 30 anos de idade; Maria, n. 797, natural de Quilengues com 26 anos de idade; Francisca, n. 816, também natural de Quilengues

e com 26 anos de idade; Chinangalla, n. 821, natural de Tiaca com 14 anos de idade; Catana, n. 822, natural de Ganguela com 12 anos de idade; Pascoa, n. 825, natural de Cumbe com 16 anos de idade) eram lavadeiras, outras sete (Virginia, n. 642, natural do Bailundo com 14 anos de idade; Mariana, n. 820, natural dos Gambos com 10 anos de idade; Maria, n. 240, natural do Mocusso com 20 anos de idade; Carlota, n. 394, natural do Conhama com 18 anos de idade; Maria, n. 719, também natural do Conhama com 24 anos de idade; Teresa, n. 759, natural de Cacullo com 16 anos de idade; Micaela, n.º 760, natural de Maquicombo com 17 anos de idade; Perpetua, n. 792, natural de Angola com 20 anos de idade; Rachel, n. 823, natural de Mocupo com 18 anos de idade) laboravam como cozinheiras, e uma outra (Emilia, n. 24, natural de Gambao com 18 anos de idade) ocupava-se a lavar e engomar roupa. Estas ocupações teriam principalmente feito parte dos serviços oferecidos diariamente pelos senhores/as de escravos fora da “casa grande”. Dentro de suas habitações, 53 outras cativas eram ou serventes ou então se ocupavam dos serviços domésticos. Fora deste universo, 44 escravizadas laboravam exclusivamente na apanha da urzela, enquanto oitenta trabalhavam em vários setores da agricultura, excluindo uma (Calunga, n. 768, natural da Huila com trinta anos de idade)⁴² que também exercia a função de pastor e outra (Joana, n. 9, natural do Bihe com 29 anos de idade) que realizava ademais trabalhos domésticos. Uma cativa em particular, por nome de Victoria (n. 849), natural de Ambaca com 25 anos de idade, tinha o ofício distinto de ama-de-leite.⁴³ Assim, poucas escravizadas trabalhavam em mais do que uma ocupação. Ademais, nenhuma foi registada em 1855 atuando em qualquer ofício dentre os acima referidos. Isso dito, entre os principais ramos de trabalho em Moçâmedes, as cativas somente não participavam em atividades ligadas ao mar e a construção. Embora em número bem inferior ao dos escravizados, assim como trabalhando em menos ofícios, as 189 cativas

42 Descrita como “gorda” e sem o “braço direito que foi amputado”, esta cativa fazia parte do grupo de aleijados dentro dos 850 escravizados: sobre este assunto, ver: Curto, “Uma vila esclavagista”, pp. 225-269.

43 Esta escravizada possuía “cicatrices nas costas”, algo bem comum entre escravizados/as: ver Curto, “Uma vila esclavagista”, pp. 225-269.

existentes em Moçâmedes em 1855 exerciam cargos importantes nesta sociedade escravagista de constituição recente. Mas pelo menos um outro ponto importante pode ser extraído da análise dessa situação. Concentremos a nossa atenção nas principais atividades econômicas então desenvolvidas nesta vila costeira tanto por homens, como mulheres (Tabela 4). Entre os 196 trabalhadores escravizados laborando exclusivamente no setor da agricultura, 116 (59.2%) eram homens e 80 eram mulheres. No caso dos 100 cativos trabalhando na apanha da urzela, 56 (56%) eram masculinos e 44 eram femininas. E por último, mas não menos importante, entre os 110 cativos trabalhando como serventes ou empregados/as domésticos/as: 57 (51.8%) homens e 53 mulheres. Ora como estes três trabalhos representavam perto de 60% da totalidade das ocupações exercidas por cativos, podemos afirmar que as tarefas específicas de gênero nas economias africanas “tradicionais” simplesmente se rompiam com o tipo de escravidão desenvolvido neste e em outros contextos urbanos costeiros, com os homens forçados a realizar uma série de atividades que antes eram exclusividade das mulheres.⁴⁴

Conclusão

Logo depois de sua fundação em 1839-1840, Moçâmedes rapidamente virou em vila escravagista. Num momento em que escravidão estava sofrendo

44 Numa explicação genérica do impacto da vinda dos europeus (presumivelmente incluindo os luso-brasileiros ou “pernambucanos”) durante a segunda metade do século XIX, Nascimento argumenta que “(a) chegada dos europeus e sua agricultura de larga escala [...] e o trabalho escravo promoveram rupturas no universo da região, introduzindo novos hábitos, além da violência laboral como prática cotidiana. Mesmo a cultura extrativista sofreu modificações, a coleta da Urzela ou esponjas era feita de forma muito residual pelos povos locais. Para as mulheres de igual forma, muitas delas foram deslocadas do espaço da agricultura doméstica para trabalhos como os de lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, prostitutas [...] muitos dos ofícios criados (ou redimensionados) por conta da presença dos colonos europeus.” Ver: Nascimento, *Jogo nas sombras*, p. 159. Mas a outra vertente deste processo, homens escravizados forçados a trabalhar em ocupações pertencente anteriormente ao mundo feminino, assim como mulheres escravizadas forçadas a fazer trabalhos anteriormente ditos masculinos passa em silêncio.

grandes pressões abolicionistas através do mundo atlântico, a instituição floresceu neste novo estabelecimento colonial. Efetivamente, o trabalho de escravizados/as depressa se tornou crucial não só para a expansão física do espaço urbano, mas também nas mais importantes atividades econômicas então em desenvolvimento. Trabalhadores cativos eram não só omnipresentes na pesca, na agricultura, na apanha da urzela, ou nos serviços domésticos, mas também dominavam esmagadoramente estas ocupações. Embora os escravizados fossem numericamente superiores às escravizadas, como se poderia esperar numa sociedade escravagista de fronteira, as cativas participavam nas mais importantes atividades econômicas em proporções quase iguais às dos homens não livres, incluindo na agricultura, na apanha da urzela, e nos serviços domésticos; quebrando assim estereótipos tradicionais de gênero relacionados ao trabalho. Como vimos, as escravizadas apenas não atuavam nos ofícios relacionados com o mar e a construção.

Foi precisamente assentado no trabalho desses homens e mulheres escravizados/as que foi possível constituir e manter aquilo que um viajante descreveu entre o final dos anos 1850 e princípio dos 1870: uma “sociedade agradável em Mossamedes, (com) os portugueses tendo com eles as suas esposas e famílias, o que não acontecia em Benguella nem em outras partes de Angola”.⁴⁵

Submetido em 17 abr. 2024

Aceito em 28 abr. 2025

doi: 10.9771/aa.v0i71.60709

45 Monteiro, *Angola and the River Congo*, II, p. 232.

Esta contribuição procura reconstruir parte do mundo dos escravizados de Moçâmedes, em meados do século XIX, uma aglomeração costeira, então recentemente estabelecida no sul de Angola, que rapidamente se transformou numa vila escravagista. Baseando-se numa variedade de documentos produzidos em grande parte pela administração colonial portuguesa que ocupou este espaço, este artigo leva em conta particularmente os dados encontrados no (raramente utilizado) registo de escravos e seus proprietários de 1855. Tal como noutros lugares, os trabalhadores cativos desempenhavam uma miríade de ocupações em Moçâmedes. Mas, nesta vila portuária, os escravizados também estavam principalmente ocupados em algumas atividades econômicas que eram específicas da época e do lugar, sendo o gênero nem sempre um fator determinante. Como tal, este artigo contribui para a literatura sobre a história do trabalho dos escravizados antes do final do século XIX em Angola.

Angola | Moçâmedes | História | Escravizados | Ocupações | Trabalho.

OCCUPATIONS OF THE ENSLAVED IN MOÇÂMEDES, 1854-60

This article seeks to reconstruct part of the world of the enslaved residents of mid-nineteenth century Moçâmedes, a coastal community in southern Angola that at the time was recently established but quickly turned into a slave town. Based on a variety of documents produced largely by the Portuguese colonial administration that occupied this space, the paper takes particular advantage of data found in a rarely used 1855 register of slaves and their owners. As occurred elsewhere, captive laborers in Moçâmedes performed a myriad of tasks. But the town's enslaved residents were principally occupied in a few select economic activities that were particular to the time and place, with gender not always a determining factor. As such, this paper adds to the literature on the labor history of enslaved people in Angola prior to the late nineteenth century.

Angola | Moçâmedes | History | Enslaved | Occupations